

Renegociação da dívida externa é inevitável

Um novo acordo para pagamento da dívida externa deve incluir, necessariamente, uma redução mais gradual do déficit do Governo, para que a economia volte a crescer. Essa é a opinião de empresários cariocas, que consideram inevitável a renegociação da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os banqueiros privados.

Os empresários consideram, também, que o Governo não pode admitir que os técnicos do FMI imponham condições sobre como o País deve racionalizar sua economia, sob pena de provocar uma recessão muito maior do que a de 1981, quando o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 1,9 por cento em relação ao ano anterior.

— Não temos que atender ao FMI e, sim, à sociedade brasileira. O Brasil é um país onde anualmente chegam 1,5 milhão de pessoas ao mercado de trabalho e não se pode permitir que os funcionários de um organismo internacional

imponham uma política recessiva, elevando o desemprego a níveis insuportáveis — diz o Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), Ruy Barreto.

O grande problema, segundo o Vice-Presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), José Conde Caldas, é que o Governo não divulga os números reais da dívida externa — “principalmente dos empréstimos de curto prazo” —, o que permitiria à sociedade ter uma visão mais realista das dificuldades financeiras do País.

— Um novo acordo deveria ser negociado dentro de um enfoque eminentemente empresarial: temos que dizer aos nossos credores que não lhes interessa a nossa inadimplência e tampouco que medidas muito duras gerem coação social — afirma o Presidente da Federação das Câmaras de Comércio Exterior, João de Souza Lima.

Os empresários defendem a tese de que os credores internacionais devem dar “tempo” ao Brasil, para que a economia possa se recuperar e o País voltar a pagar em dia seus compromissos.

INFLAÇÃO

Barreto, Conde Caldas e Souza Lima concordam que os altos índices de inflação preocupam, mas se o custo da retomada do processo de desenvolvimento for a economia conviver por mais algum tempo com altas taxas inflacionárias, os três dizem que o preço deve ser pago.

— Pior é ter inflação alta e recessão — afirma Barreto.

Caso seja renegociada a dívida externa, os empresários querem que o Governo “finque pé” na necessidade de se voltar a estimular o mercado interno.

— O problema básico do Brasil é o desemprego e isto só será resolvido se fo-

rem estimulados os setores produtivos voltados para o mercado interno — diz Barreto.

Tanto o Vice-Presidente da Ademi quanto os Presidentes da CACB e da Federação das Câmaras de Comércio Exterior concordam que é preciso o Governo reduzir seu déficit, mas acham que os cortes devem ser graduais e nas áreas onde “há gorduras”. Conde Caldas cita como exemplo as estatais, que pagam 17 salários aos funcionários, enquanto as empresas privadas pagam apenas 13. Os subsídios também são criticados e devem ser eliminados.

JUROS

Outro ponto onde há unanimidade é em relação às taxas de juros: Barreto, Souza Lima e Conde Caldas acham que o Governo deve sair do mercado financeiro (do open), para que os juros

caiam. Souza Lima e Conde Caldas defendem o tabelamento, enquanto que Barreto acha que se o mercado for livre, as taxas recuam.

Para Souza Lima, o tabelamento deve ser uma medida temporária, sendo retirado tão logo as taxas voltem a níveis razoáveis. Já Conde Caldas defende a tese que o Governo deveria punir os especuladores, limitando os índices reais de rentabilidade a no máximo dez por cento ao ano.

— O tabelamento deve ser na ponta da captação, porque se for na do empréstimo, os banqueiros encontram uma forma de escapar, seja usando a reciprocidade ou outros mecanismos — afirma o Vice-Presidente da Ademi.

Quanto aos setores da economia que devem ser estimulados imediatamente todos alinharam a agricultura e a construção civil (habitação e saneamento básico). Barreto lembrou também da mineração, “que é grande empregadora de mão-de-obra”. Já Conde Caldas quer que a indústria de bens de consumo seja reformulada, adaptando-se a padrões mais sóbrios e adequados a um país pobre.

— O setor industrial tem que mudar seu perfil, passando a buscar principalmente as classes de menor poder aquisitivo. Adotamos padrões capitalistas de alto consumo, esquecendo-nos que somos um país pobre.

Os três empresários não acreditam que o reaquecimento da economia crie problemas para o balanço de pagamentos, através do crescimento do consumo de petróleo. Barreto, Conde Caldas e Souza Lima dizem que o País está conseguindo substancialmente as importações de energia.

— Além disso, a tendência é de que os preços do produto se mantenham estáveis nos próximos dois anos — diz Conde Caldas.